

Manutenção do tecido sociocultural e a preservação do ambiente nos assentamentos rurais em Araguatins (TO)

Maintenance of socio-cultural fabric and environment preservation in rural settlements in Araguatins (TO)

Erica Ribeiro de Sousa Simonetti¹, Julia Elisabete Barden²

RESUMO: Os assentamentos rurais são oportunidades de obtenção de renda e reconstrução de um modo de vida rural para os agricultores familiares. Possuem funções como a manutenção do tecido social e cultural, de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. O objetivo do artigo é identificar a compreensão dos assentados do município de Araguatins (TO) em relação ao seu ambiente, com o intuito de verificar se há manutenção do tecido social e cultural e a preservação da biodiversidade, e a percepção deles sobre as mudanças na paisagem rural. A relevância do estudo é a análise cultural e de preservação ambiental em assentamentos de Reforma Agrária, apresentando-se como instrumento de simplificação das informações para traçar ações prioritárias capazes de influenciar o comportamento de atores sociais e fornecer subsídios para políticas públicas locais. A pesquisa é um estudo de caso, foram entrevistadas famílias de 21 assentamentos rurais em Araguatins (TO). Os resultados apontam que a maioria dos assentados rurais desconhece o significado de cultura e não a considera importante; a relação de sociabilidade é forte e o tecido social e cultural é percebido pelo envolvimento em grupos sociais. No que tange à preservação dos recursos naturais e o cuidado paisagístico, verificou-se a utilização indiscriminada de venenos, queimadas e pouco cuidado com paisagem.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cultura. Paisagem rural.

ABSTRACT: Rural settlements are opportunities to earn income and rebuild a rural way of life for family farmers. It has functions such as maintaining the social and cultural fabric, preserving natural resources and the rural landscape. The objective of the article is to identify the understanding of the settlers in the municipality of Araguatins (TO) in relation to their environment, in order to verify if there is maintenance of the social and cultural fabric and the preservation of biodiversity, and their perception of changes in the landscape rural. The relevance of the study is the analysis of cultural and environmental preservation in Agrarian Reform settlements, presenting itself as an instrument for simplifying information to outline priority actions capable of influencing the behavior of social actors and providing subsidies for local public policies. The research is a case study, families from 21 rural settlements in Araguatins (TO) were interviewed. The results indicate that most rural settlers are unaware of the meaning of culture and do not consider it important; the sociability relationship is strong and the social and cultural fabric is perceived by the involvement in social groups. With regard to the preservation of natural resources and landscape care, there was the indiscriminate use of poisons, burnings and little care for the landscape.

Keywords: Culture. Family farming. Rural landscape.

Autor correspondente: Erica Ribeiro de Sousa Simonetti
E-mail: erica.simonetti@ifto.edu.br

Recebido em: 09/05/2022
Aceito em: 19/01/2023

¹ Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES). Docente Efetiva EBTT no IFTO Campus Araguatins, na área de Administração e Economia Rural. Araguatins (TO), Brasil.

² Doutorado em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade do Vale do Taquari (Univates) no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) e docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (PPGBiotec), Lajeado (RS), Brasil.



INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) define assentamento rural como “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2019, texto digital). A constituição dos assentamentos rurais propicia o acesso à terra, permitindo às famílias assentadas estabilidade e rearranjos nas táticas de multiplicação familiar, o que gera uma melhoria nas condições de vida, considerando exclusão social e situação de pobreza anterior. No entanto, também traz novas reivindicações no território, tais como educação, infraestrutura, apoio creditício e técnico à produção, e, para o atendimento das necessidades, surgem atores sociais, articulados em redes ou não, com intuito de contribuir para uma mudança da realidade local.

A base de produção dos assentamentos rurais é a agricultura familiar, sendo que, para Maluf (2003, p. 144), “a agricultura continua sendo o principal definidor de identidade social das famílias rurais brasileiras e é nesta condição que se dá a inserção social dessas famílias e que se definem, em grande medida, seus padrões de sociabilidade”. Essa sociabilidade gera um capital social, que para Fukuyama (2002, p. 155) é o “[...] conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si”. Entende-se que a cultura é o que une um grupo social, e enquanto a cultura une um grupo, a identidade o diferencia de outros.

Já “a paisagem rural é uma construção social condicionada pelas condições naturais, mas continuamente transformada pela atividade humana: a agricultura, silvicultura, urbanização etc.” (GALVÃO; VARETA, 2010, p. 66). A natureza é penetrada e alterada, “imprimindo suas próprias marcas, a paisagem, que nada mais é do que uma expressão de seus modos de vida” (CORRÊA, 1990, p. 43).

Diante desse contexto, o artigo tem o objetivo de identificar a compreensão dos assentados em relação ao ambiente em que estão inseridos, com o intuito de verificar se há manutenção do tecido social e cultural e preservação da biodiversidade, bem como a percepção das mudanças na paisagem rural. Essa pesquisa é de grande relevância, pois fornece subsídios para implementação de ações em prol do desenvolvimento dos assentamentos rurais da microrregião do Bico do Papagaio onde se inserem.

Este artigo está dividido nas seguintes seções: na próxima, são abordados dados gerais do Estado do Tocantins, microrregião do Bico do Papagaio e do município de Araguatins (TO), para melhor localização geográfica da pesquisa; em seguida, os resultados e a discussão, envolvendo os projetos de assentamentos (PA) e a manutenção do tecido

sociocultural, bem como a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural; por fim, as considerações finais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa e procedimento técnico em forma de estudo de caso, realizado por meio de entrevistas. Foram entrevistadas três famílias - escolhidas de forma aleatória sistemática - de cada um dos 21 assentamentos rurais em Araguatins (TO), totalizando 63 famílias, no período de dezembro/2020 e janeiro/2021. Utilizou-se um roteiro de entrevista como instrumento para coleta de dados, com questões sobre as práticas agrícolas adotadas e a conservação do solo. No quesito manutenção do tecido social e cultural foram abordadas questões sobre as práticas de tradição ou cultura que eles mantêm e como é a relação de sociabilidade entre os agricultores vizinhos.

3 ESTADO DO TOCANTINS, MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO E ARAGUATINS (TO)

O Estado do Tocantins (TO), emancipado de Goiás e instalado em 1º de janeiro de 1989, está localizado na parte Oeste da Região Norte do Brasil, com extensão de 277.466,763 km², correspondendo a 6,79% da Região Norte e a 2,86% do território nacional. É formado por 139 municípios, com uma população estimada pelo IBGE, em 2020, de 1.590.248 pessoas, com uma densidade demográfica de 4,98 hab./km² e com o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,699 (2010). Comparando-o com outros Estados da Federação, ocupa a 14ª posição nesse índice. A capital Palmas, desde janeiro de 1990 - distante 973 km de Brasília, a capital federal - situa-se entre as coordenadas 10°12'46" de Latitude Sul e 48°21'37" de Longitude Oeste, com 230 m de altitude e conta com uma população de 228.332 habitantes (IBGE, 2021).

A vegetação do Estado caracteriza-se por Bioma Cerrado (87% de seu território), com florestas de transição (12%). Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Essa característica fica evidente na fauna e na flora locais, pois se misturam animais e plantas das duas regiões. O clima é tropical, com temperaturas médias anuais de 26 °C nos meses de chuva (outubro-março) e 32 °C na estação seca (abril-setembro). O volume de precipitação média é de 1.800 mm/ano, nas Regiões Norte e Leste do Estado, e de 1.000 mm/ano, na Região Sul. Limita-se, ao Norte, com os Estados do Maranhão e Pará; ao Sul, com o Estado de Goiás; a Oeste, com Pará e Mato Grosso; e a Leste, com os

Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Está dividido em duas mesorregiões e oito microrregiões, sendo cinco microrregiões pertencentes à mesorregião ocidental e três à mesorregião oriental (IBGE, 2019).

O Estado do Tocantins possui o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte do país e ocupa o 24º lugar no *ranking* nacional. A área total do Estado ocupada com estabelecimentos rurais é de 16.765.716 ha, sendo o território constituído por 5.885 estabelecimentos rurais, distribuídos desta forma: em 1.935 para a silvicultura e a exploração florestal; 1.536 para a pecuária, sendo a maior parte da área do território ocupada pela pecuária, que, por sua vez, é mantenedora da economia do Estado. As maiores áreas de plantio no Tocantins estão localizadas em São Miguel do Tocantins (Bico do Papagaio) e Palmeirópolis (Gurupi). 78,81% da população, o que corresponde a 1.090.241 habitantes, vivem na zona urbana, e 21,19%, 293.212 habitantes, vivem na zona rural. De acordo com os dados do IBGE (2010), nos cerca de 378 assentamentos em todo o território, estão assentadas aproximadamente 23.405 famílias, que ocupam a área total de aproximadamente 1.241.685,88 milhões de hectares (IBGE, 2019; INCRA, 2019).

3.1 A MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO (TO)

O nome Bico do Papagaio vem da semelhança de sua forma geográfica com a de um bico de papagaio. O território é uma microrregião do Estado do Tocantins, localizado no extremo Norte, composto por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

A grande maioria dessas cidades surgiu a partir da década de 1980, justificadas pelo início das discussões relativas à criação do Estado do Tocantins e, após, com sua efetiva criação, pela Constituição Federal de 1988. Situado na zona de transição entre o Bioma Cerrado e a Amazônia, com área de 15.768 km², o Bico do Papagaio conta com uma população de 215.893 habitantes, com uma densidade de 13,7 hab./km², dos quais 33,87% vivem na zona rural, ou seja, 66.516 habitantes. O número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 7.202, ocupados por cerca de 22.814 pessoas, enquanto a população urbana equivale a 129.851 habitantes. Na microrregião, há 6.099 famílias assentadas pela reforma agrária, divididas em 108 projetos, ocupando uma área de 243.299 ha. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio da região é 0,6226, ou seja, mediano (IBGE, 2021).

Após a implementação da política territorial no Brasil, em 2003 foi constituído o Território do Bico do Papagaio (TBP-TO), o primeiro instituído no Estado do Tocantins, em que o Governo Federal buscou privilegiar as áreas com maiores problemas em relação a questões agrárias - a luta pela posse da terra e a violência no campo - e maiores demandas por parte dos agricultores familiares. Diante disso, “o processo de formação deste Território ocorreu em meio às disputas pela terra e pelos recursos naturais em uma região com baixo índice de desenvolvimento. O Território do Bico do Papagaio (TBP-TO), inicialmente, foi Território de Identidade (TRI)” (BERALDO, 2016, p. 92).

Em 2003, após a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), passou a Território Rural (TR) e, em 2008, com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), passou a ser Território da Cidadania (TC).

O TBP-TO possuía duas unidades de conservação: uma estadual e outra municipal. A estadual, criada em 2002, a Área de Proteção Ambiental (APA) Lago de Santa Isabel, localizada nos municípios de Ananás, Riachinho, Xambioá e Araguaianã, numa faixa que abrange 600 m da cota máxima de inundação da futura usina hidrelétrica de Santa Isabel, foi instituída com a finalidade de proteger e conservar as diversidades biológicas, bem como disciplinar o processo de ocupação das áreas de entorno do reservatório a ser formado pela futura usina e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais e a proteção do ambiente terrestre e aquático (TERRAS, 2019).

A microrregião do Bico do Papagaio possui uma terra indígena, que ocupa 9% do território, numa área de 142.000 ha, com uma população de 2.342 habitantes (dados de 2014), em situação oficial de reconhecimento: HOMOLOGADA. REG CRI E SPU (Decreto s/nº - 04/11/1997) (TERRAS, 2019). Esses rápidos apontamentos foram para situar a região analisada, abrangendo aspectos do geral para o particular.

3.2 O MUNICÍPIO DE ARAGUATINS (TO)

Araguatins é o maior município da microrregião do Bico do Papagaio, com área territorial total de 2.621,877 km², representando 15,4% da população da microrregião do Bico do Papagaio. Está localizado no Norte do Estado do Tocantins, na latitude S -05°39'04" e longitude O- 48°07'28". Conta com uma população estimada, em 2020, de 36.170 pessoas, com densidade demográfica de 11,93 hab./km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,631 (2010), PIB *per capita* de R\$ 12.060,54 (2018) e o PIB de 2014 de R\$ 304.592,21. O clima é tropical úmido, com precipitação média anual de 1700 mm. Seus principais afluentes são o Rio Araguaia e o Rio Taquari. O solo é caracterizado principalmente

pela presença de latossolos e neossolos (IBGE, 2021). Quanto às variáveis trabalho e rendimento:

Em 2018, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5.9%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 13 de 139 e 121 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2163 de 5570 e 4928 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 46,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 62 de 139 dentre as cidades do Estado e na posição 2016 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2021, texto digital).

No que diz respeito aos indicadores sociais, em relação aos 139 outros municípios do Estado do Tocantins, Araguatins ocupa a 78ª posição, sendo que 77 (55,40%) municípios estão em situação melhor e 62 (44,60%) estão em situação pior ou igual. Araguatins ocupava a 3.469ª posição em 2010 em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3.468 (62,32%) municípios estão em situação melhor e 2.097 (37,68%) estão em situação igual ou pior (IBGE, 2021). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) é de 95,5%. Em comparação com outros municípios do país, ocupa a posição 5570 e, no Estado, o 139º lugar. No quesito território e ambiente apresenta:

[...] 1.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 86.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do Estado, fica na posição 122 de 139, 48 de 139 e 45 de 139, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 5255 de 5570, 1805 de 5570 e 4686 de 5570, respectivamente (IBGE, 2021).

Mormente a precariedade com relação ao esgotamento sanitário adequado reflete negativamente na questão da saúde, uma vez que as internações em decorrência de diarreias são de 2,4 para cada 1.000 habitantes; já a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 12,30 para 1.000 nascidos vivos. “Comparado com todos os municípios do Estado, fica nas posições 62 de 139 e 19 de 139, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2510 de 5570 e 1360 de 5570, respectivamente” (IBGE, 2021).

O município une aspectos dos biomas Cerrado e Amazônia na vegetação. Devido aos seus aspectos físicos, o município é bastante propício para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, entre outros, sendo a agricultura familiar de grande relevância para Araguatins. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 154.753 hectares com estabelecimentos agropecuários ocupados por 2.114 unidades (IBGE, 2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa centrou-se principalmente em dois eixos: os projetos de assentamentos (PA) e a manutenção do tecido sociocultural, bem como a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural do lugar onde os assentados estavam inseridos, conforme se descreve a seguir.

4.1 OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS (PA) E A MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIOCULTURAL

Conforme Sauer (2005, p. 60-61), “os projetos de assentamentos devem ser analisados e avaliados no seu contexto geográfico, considerando fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e condições agrícolas, climáticas, mercadológicas etc. [...]”. Nesse sentido, os assentamentos rurais brasileiros representam, sob o ponto de vista das famílias assentadas, “uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10). A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais. Ademais, é de fundamental importância reconhecer as diferentes origens, trajetórias de vidas e refletir sobre a existência de uma história social comum, baseada na relação mediata/imediata com a terra: “O assentado luta para reorganizar seu modo de vida sob distintos matizes” (ROMEIRO *et al.*, 1994, p. 189).

Corroborando com essa última ideia, Sauer (2005, p. 61) afirma que os assentamentos podem ser considerados “um espaço social e geográfico de continuidade da luta pela terra. É o lugar onde diferentes biografias se encontram - ou ampliam os encontros iniciados nos acampamentos - e iniciam novos processos de interação e identidade sociais”, ocasionando, assim, novos atores sociais e políticos, que terão como principais fatores de mediação a terra, o trabalho e a produção. Ainda, o sucesso ou insucesso dos assentamentos rurais, ou seja, a efetividade das ações de reforma agrária, a produção e a renda são considerados elementos centrais das famílias e melhoria das condições de vida, assumindo um valor simbólico a produção - o acesso à terra cria trabalhadores produtivos - ou interação social com o entorno dos projetos, diferente da ‘viabilidade econômica’ que avalia apenas o retorno econômico e a função dos investimentos governamentais baseados em/de produção, de autonomia, de taxa de retorno. No entendimento desse autor, entidades sem fins lucrativos são relevantes no planejamento e manutenção dos projetos sociais dos

assentamentos rurais:

Apesar da importância social e simbólica da produção, os mecanismos e instituições ‘não produtivas’ como igrejas, escolas, centros comunitários e de lazer e grupos de trabalho têm um peso significativo na organização e sustentabilidade dos projetos e na interação do grupo social. Esses mecanismos são importantes não só quando constituídos com parcerias externas, mas especialmente quando aglutinam e articulam força social e política, transformando o próprio assentamento - ou os seus mecanismos internos - em ator - e/ou interlocutor - local e regional (SAUER, 2005, p. 63).

No entanto, muitos assentamentos enfrentaram e enfrentam situações adversas no que se referem às condições de instalação, com evidentes reflexos sobre as condições de produção e comercialização, formas de organização e sociabilidade, “tendo em vista que foram criados - em parte - para responder às pressões localizadas, marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio dispersos espacialmente” (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 208). Concordando com as ideias desses autores, Scopinho (2012) salienta aspectos sobre a ordem das dificuldades enfrentadas pelos assentamentos: sobrevivência econômica (relacionada às barreiras impostas pelo mercado e a insuficiência de políticas de crédito e subsídios); assistência técnica e de comercialização; relacionamento interpessoal e político (diversidade sociocultural); predominância da cultura do trabalho dividido e heterogerido, bem como a tradicional cultura política centralizadora reproduzida pelos diferentes agentes sociais que dificultam a organização coletiva depois da posse da terra.

Diante disso, levando em consideração que o processo de desenvolvimento se fundamenta na superação de problemas sociais, econômicos e políticos - dentre os quais podem ser mencionadas a carência na satisfação de necessidades básicas e a extrema pobreza a qual estão submetidas parcelas significativas da população mundial -, é possível perceber que, em certa medida, os assentamentos rurais contribuem para a melhoria das condições de vida das populações rurais, pois ampliam o acesso a recursos que outrora eram inacessíveis às pessoas.

Por outro lado, determinados impasses mal administrados nos assentamentos podem se refletir em processos que privam os assentados de sua condição de agentes. São fatores impeditivos ao desenvolvimento dos assentamentos; entretanto, há os fatores propulsores da viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais. Portanto, é complexa a dinâmica que reverbera a reforma agrária e a agricultura familiar, sendo urgente a necessidade de um amparo multidisciplinar de desenvolvimento, cujo enfoque não esteja atrelado não apenas a critérios econômicos.

De forma mais específica, é salutar abordar aspectos do conceito de cultura, que, para Laraia (2005, p. 25), foi definido por Edward Tylor (1832-1917): “é todo complexo que

inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem, membro de uma sociedade”, sendo um conceito antropológico da cultura. Conforme Claval (2007), a cultura de um povo é decorrência dos saberes, das técnicas, dos valores e conhecimentos comunicados entre as gerações; não é um conjugado inerte, e, sim, dinâmico, devido ao agrupamento de inovações externas a ela ou pela própria dinâmica interna da sociedade. Mesmo com todas as modificações do território rural, a cultura tem a aptidão de se propagar por meio da memória coletiva, lembranças e vivências. Assim, identificando os traços culturais instituídos e reproduzidos no cotidiano, é possível perceber como é a relação das pessoas com o meio e com os outros indivíduos.

A cultura é um resumo concebido historicamente pela tradição de todos os componentes do espaço geográfico: “Abrange a construção de valores, costumes, princípios compartilhados, cosmovisões, crenças, simbologias e formas de vida que se fazem comuns, em dado espaço, para sua gente” (ECHEVERRI, 2009, p. 39). A cultura que é acumulada ao longo de anos perpassa por um processo de vivência no campo, pelo conhecimento do cotidiano, renovada e experimentada com o passar do tempo de forma artesanal. Este eixo de questões da pesquisa relaciona-se ao melhoramento e à preservação das condições de vida dos assentados rurais, perpassando pela elaboração e pela legitimação de identidades sociais e o alcance da integração social.

Buscaram-se informações que pudessem indicar o perfil sociocultural das famílias no território pesquisado, se é manifestada a relação de sociabilidade entre os assentados, se existe confiança mútua, camaradagem, troca de informações entre os assentados, como também entender se as famílias mantêm tradições culturais camponesas. Trata-se de identidade, de compreensão da agricultura para além da manutenção do emprego e renda, ou seja, o entendimento de pertencimento e da identidade de ‘ser agricultor’. Nessa linha de compreensão, a manutenção do tecido social nos espaços rurais tem por elemento configurante as relações de contato com os outros assentados, fundamentadas na solidariedade, sendo imprescindíveis os vínculos de sociabilidade, de confiança mútua e de interconhecimento, importantes para a manutenção dos assentamentos rurais.

A identificação dos mediadores e dos interlocutores dos diferentes atores, bem como a participação política dos agricultores, seja nas organizações associativas direcionadas ao aumento da produtividade, seja nos movimentos sociais reivindicativos ou outros, igualmente são relevantes na manutenção do tecido social e cultural das famílias rurais.

A conquista da terra pelos assentados, além do alcance de direitos econômicos e sociais, permite que a vivência nos assentamentos rurais proporcione às famílias referências sociais para a manutenção de tradições e costumes. Machado (2020, p. 15) destaca “a dimensão cultural à medida que pode refletir, sob o pretexto da ‘tradição’, um verdadeiro

acúmulo de conhecimentos e *know-how*, aperfeiçoado e selecionado ao longo dos anos”. Quando a cultura é compartilhada em meio a um grupo social (um assentamento) pode influenciar no desenvolvimento de práticas econômicas e sociais.

Ademais, a agricultura familiar é de importância na constituição da identidade do lugar. Além do significado econômico para as famílias rurais, também favorece a solidariedade. Essas contribuições permitem manter o tecido social e cultural do rural. As tradições camponesas, que são as tradições sociais, a representação rural (como festas religiosas, comidas típicas, festas juninas, folclóricas, costumes e tradição familiar), são significados passados para outras gerações, para que o campo mantenha suas características culturais. A manutenção da ruralidade é uma das funções da agricultura; é um bem imaterial. Nessa perspectiva, um dos questionamentos aos entrevistados tratava dos hábitos e costumes das famílias que continuam sendo mantidos, e a resposta foi: a tradição religiosa. Percebeu-se que a grande maioria desconhecia o significado de cultura, sendo necessário exemplificá-lo para que fosse entendido. Contudo, verificou-se nas falas dos entrevistados que não consideram a cultura como, de fato, importante.

No Gráfico 1 é retratado o percentual de famílias que preservam alguma tradição e as que não preservam: 47,62% não mantêm tradições culturais, o que é corroborado por falas como: “*A gente não liga pra isso não*”, e 52,38% afirmam que mantêm tradições culturais, a grande maioria relacionada a festas religiosas: reza de terço, festejo de Nossa Senhora de Fátima, Festa de Santo Antônio, Festejo de Santa Paulina, Festejo de São José Trabalhador.

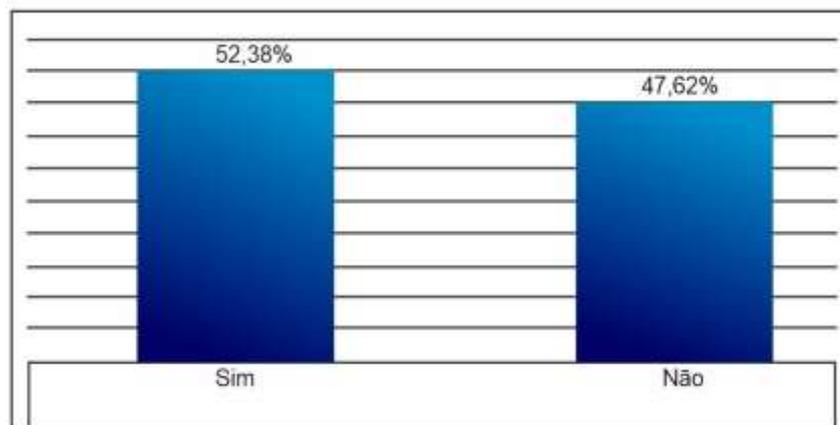


Gráfico 1. A família e/ou comunidade mantém tradições culturais
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Além disso, há outros eventos, como almoço familiar, aniversário do assentamento e campeonato da pesca do piau (há a formação de grupos de pesca; o critério da equipe vencedora é a maior quantidade de peixe pescado da espécie piau acima de 13 cm). A

produção de artesanatos (objetos, doces, queijos, vinhos) é uma alternativa de renda e de valorização da identidade local, que gera a manutenção do tecido social e cultural e permite a conservação e o consumo de determinado gênero na época de entressafra. [...] “É um patrimônio cultural associado a um modo de vida rural, além da função econômica de agregação de valor e da função sociocultural de reabilitar um saber-fazer específico” [...] (GAVIOLI; COSTA, 2011, p. 466). Dos assentados entrevistados, 84,30% disseram que não produzem artesanato e 12,70% declararam que produzem queijo e rapadura (doce feito com a cana-de-açúcar).

A criação dos assentamentos em Araguatins (TO) ocorreu em datas distintas, a partir de 1989 até 2009, conforme dados do INCRA (2019). O conjunto de indagações apontou que as comunidades rurais estão muito integradas umas às outras e os assentados mantêm forte relação de sociabilidade, havendo confiança mútua, camaradagem, troca de informações, conforme denotam as falas a seguir: “Nunca tive problema com ninguém aqui”. “Gosto da amizade que temos aqui, na cidade ninguém empresta e nem dá nada para ninguém”. “Meu marido quebrou a perna, os assentados fizeram uma reunião e vieram colher o arroz e não cobraram nada”. “Aqui nós compartilhamos, mato uma novilha e distribuo entre as famílias, e depois eles fazem o mesmo”. Pelas falas, percebe-se que há confiança e reciprocidade, praticadas diariamente, ou seja, vivem em uma comunidade, o que fortalece o tecido social, sendo um fator primordial para o desenvolvimento das famílias.

Bauman (2003, p. 7) apresenta o termo comunidade como um lugar “cálido, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado”. É assim o sentimento dos assentados rurais entrevistados: sentem-se seguros sabendo que podem contar com o auxílio quando necessário. O mesmo autor complementa: “numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito e alegrar-se com nossa desgraça” (p. 8). A força do tecido social e cultural é percebida no envolvimento dos assentados em grupos sociais, como o seguinte questionamento: “quem não gostaria de viver entre pessoas amigáveis e bem intencionadas nas quais pudesse confiar e de cujas palavras e atos pudesse se apoiar?” (BAUMAN, 2003, p. 8).

Verificou-se que as agrovilas possibilitam o fortalecimento do tecido social, por meio da convivência pela proximidade das casas e dos locais de socialização. Já nos assentamentos onde não há agrovilas, os assentados vivem praticamente isolados nos lotes, o que dificulta a sociabilidade. Na criação dos assentamentos rurais, os beneficiários escolhem como querem morar, se em agrovilas (semelhante a um bairro rural, com áreas coletivas, como escolas, igrejas etc.) ou nos lotes produtivos. Destaca-se que, como espaço de integração e de

sociabilidade, foram citadas as igrejas, sendo que 33,30% dos assentados frequentam algum templo religioso dentro do assentamento (Figura 1).



Figura 1. Igreja no P. A. Ouro Verde e no P. A. Atanásio
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

São denominadas de instituições ‘não produtivas’, de acordo com Sauer (2005), mas de fundamental importância na interação social e na sustentabilidade dos assentamentos rurais, especialmente quando unem e encadeiam força política e social, metamorfoseando o próprio assentamento - ou os seus mecanismos internos - em ator e/ou interlocutor - local e regional. Fazem parte também as escolas, os centros comunitários e de lazer e os grupos de trabalho, que, ao integrarem uma rede social em virtude das relações de auxílio mútuo, são uma forma de manutenção da cultura.

4.2 PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM RURAL

A referida questão teve como base a forma de utilização dos recursos naturais, considerando a relação entre a agricultura praticada pelos assentados no território, ou seja, formas de manejo e de conservação de recursos, como solo, água, fauna e flora. A finalidade é identificar a compreensão dos assentados com relação ao ambiente em que estão inseridos, com o intuito de verificar se há preservação da biodiversidade, bem como a percepção das mudanças na paisagem rural, como a redução na proporção de florestas e a predominância das lavouras e o uso destinado à pecuária, a fim de desassociar esse uso dos recursos de uma

imagem de natureza intocável. Leva também em consideração o enfoque do conceito de multifuncionalidade da agricultura, pois as famílias assentadas são percebidas como uma unidade social, e não somente como uma unidade de produção.

Percebem-se, no Gráfico 2, conflitos entre a preservação do ambiente e as práticas agrícolas (tradicionais).

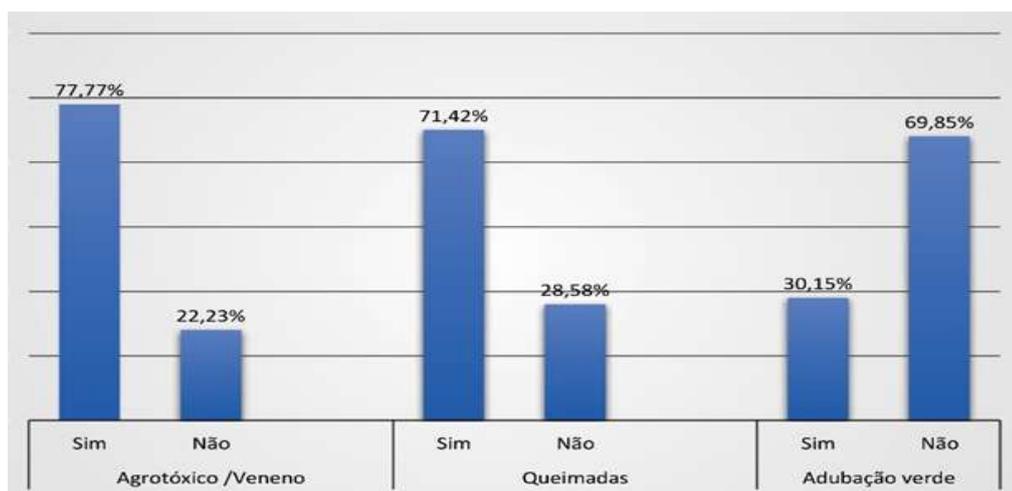


Gráfico 2. Prática de preservação da natureza pelos assentados rurais de Araguatins (TO)
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Enquanto 84,12% dos assentados afirmam que ajudam a cuidar da natureza, 77,77% declararam usar veneno; entretanto, demonstraram saber que o ato prejudica o meio ambiente e a própria saúde: “*Se eu pudesse capinar, não usava veneno*”. Ainda, 71,42% já utilizaram a queimada como estratégia produtiva. A maioria justifica a necessidade do uso do fogo por não possuir maquinário para preparar a terra; logo, o desmatamento foi necessário para que as famílias pudessem produzir: “*Não tenho trator, o jeito é queimar*”. Também, 15,88% reconheceram que a forma como produzem não ajuda a preservar a natureza.

Por outro lado, 22,23% dos assentados não utilizam agrotóxico e/ou veneno nas suas produções e 28,58% não praticam queimadas. As práticas agrícolas utilizadas não condizem com o discurso: “*Não tem como não usar veneno, o solo é muito fértil e não dou conta de acabar com as pragas*”. O amplo uso de produtos químicos na plantação contamina a água, o ar, o solo, como também prejudica a saúde do próprio agricultor familiar. A utilização em larga escala de produtos químicos é contra os padrões de uma alimentação saudável, distanciando a produção dos assentados da função ambiental na agricultura.

Além disso, a ausência de tratamentos de dejetos humanos (nenhuma família possui rede de esgoto) e a forma de moradia impactam na preservação. Não foi objeto de estudo a questão do descarte do lixo doméstico; entretanto, em alguns lotes produtivos foi identificado o uso do fogo, causando poluição na forma de fumaça, acarretando a emissão de vários gases

tóxicos, afetando a saúde das famílias, provocando riscos de incêndios, podendo causar mortes de animais e a destruição da vegetação; portanto, o ato, embora pareça natural e cotidiano, não é inofensivo. Os recursos naturais, sob os quais a agricultura está assentada, deveriam ser para a humanidade os mais importantes, pois o estabelecimento do desenvolvimento humano equilibrado e permanente depende da estabilidade e sustentabilidade da fertilidade do solo, pois é nele que se encontra a base da existência da fauna, água, micro-organismos e flora, enfim, para a sobrevivência do próprio homem (OTZEN, 1993).

Para Boff (2016, p. 34), “a sustentabilidade é, em termos ecológicos, tudo o que a Terra faz para que um sistema não decaia e se arruine [...]. O sentido ativo enfatiza a ação feita de fora para conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver”. Elementos como o uso indiscriminado de venenos, a utilização de queimadas e o pouco cuidado com o aspecto paisagístico impedem o desenvolvimento dessa função atribuída à agricultura, que é, por si, um instrumento de preservação ambiental, em função da pequena e diversificada produção. O autor enfatiza a sustentabilidade do universo, dos ecossistemas, da Terra e também de comunidades e sociedades inteiras: “que continuem vivas e se conservem bem. Somente se conservarão bem se mantiverem equilíbrio interno e se conseguirem se autorreproduzir. Então subsistem ao longo do tempo” (BOFF, 2016, p. 34).

A produção agroecológica seria uma alternativa no assentamento, pois, pela presença de elementos da agricultura tradicional, poder-se-ia até imaginar uma transição agroecológica, uma produção racional no uso dos recursos naturais. Nesse aspecto, visualiza-se que 30,15% das famílias analisadas já realizaram uma agricultura de base orgânica, ou seja, já utilizaram, pelo menos uma vez, plantio direto, rotação de cultura, adubação verde ou terraceamento; os outros entrevistados, 69,85%, nunca utilizaram e também não esboçaram desejo de praticar uma produção limpa, adotando técnicas que visem à qualidade diferenciada dos produtos que comercializam. Contudo, se utilizassem técnicas agroecológicas, seria por motivos de saúde, não por razões econômicas ou filosóficas.

Observa-se que os agricultores familiares utilizam a coleta de frutas, tais como o babaçu (FIGURA 2), para uso na alimentação e na comercialização. Compreende-se a coleta como um elo e uma forma de preservação da biodiversidade do ambiente, sendo uma estratégia que pode ser potencializada através da valorização e do compartilhamento.



Figura 2. Paisagem de acesso ao P. A. Trecho Seco
Fonte: Simonetti (2021).

Entende-se que a paisagem é algo criado, e não dado, sendo o resultado da materialização das relações sociais, modificadas de acordo com o tempo e a cultura, em que o modo de relação com o ambiente tece as paisagens (BERQUE, 1994). Quanto à contribuição com a paisagem, em geral os assentados demonstram pouco cuidado com o aspecto paisagístico e muito mais com o aproveitamento dos espaços para a produção. Observa-se um menor grau de percepção no tocante à paisagem rural. Ou seja, não foi percebida uma preocupação com o aspecto estético, somente com a produção. Todos mencionaram a ação antrópica, justificando que o desmatamento foi necessário para que as famílias pudessem produzir. Outros afirmaram que, quando ocuparam o espaço, já havia ocorrido o desmatamento: “Aqui era tudo mata, mudou muito”. Em alguns dos lotes de produção dos assentados, há áreas de reserva legal (áreas sem cultivo, que preservam a biodiversidade e a beleza da paisagem de natureza intocável), o que é uma riqueza inestimável.

A próxima figura ilustra parte dessa natureza quase intocável, pois há a estrada de acesso ao assentamento P. A. Água Limpa. A ação antrópica se resume somente ao ato de fazer o acesso.



Figura 3. Estrada de acesso P. A. Água Limpa
Fonte: Simonetti (2021).

Essa preservação, para alguns, é necessária: “Temos que ter as ervas na beira do córrego, os bichos gostam, nós também”. Outros preservam as nascentes: “Tenho um brejo que eu quero proteger, o gado bebe na nascente”. Entretanto, outros não pensam da mesma forma: “Tenho 20% de reserva legal, não derrubei porque não deu tempo, agora não posso mais por causa da fiscalização”. Outros afirmam que não havia muitas áreas com natureza intocada: “Aqui era uma fazenda, já tinha sido desmatado, quando cheguei era tudo pasto”. Uma parcela de 84,12% dos assentados identificou os solos como sendo de boa qualidade; 15,88% percebem o solo como sendo de má qualidade; porém, a prática rotineira do plantio convencional ocasiona a perda de fertilidade do solo, comprometendo o meio ambiente e futuramente até mesmo a produção.

Portanto, a função ambiental de preservação dos recursos naturais e de sustentabilidade dos agroecossistemas revelou-se, em grande parte, ausente e deficitária. Elementos como o uso indiscriminado de venenos, a utilização de queimadas e o pouco cuidado com o aspecto paisagístico impedem o desenvolvimento dessa função atribuída à agricultura, que é, por si, um instrumento de preservação ambiental, em função da pequena e diversificada produção. Para o alcance total dessa função, são necessárias práticas imbuídas de preservação ambiental, ou seja, uma produção harmônica com o meio ambiente. Para concretizar a função de preservação do ambiente, deve ser desenvolvida uma agricultura de baixo impacto ambiental - a assistência técnica e a capacitação seriam alternativas para a

conscientização desses assentados e, por iniciativa própria, haver um equilíbrio nas dimensões econômicas e ambientais -, além de uma produção de base orgânica, ou seja, a agricultura alternativa. Para esse alcance, é de fundamental importância o engajamento de instituições para dar esse suporte aos assentados, para que haja uma conscientização coletiva, quiçá, a transformação em um sujeito ecológico, que “põe em evidência não apenas um modo individual de ser, mas, sobretudo, a possibilidade de um mundo transformado, compatível com esse ideal, que fomenta esperanças de viver melhor, de felicidade, de justiça e bem-estar” (CARVALHO, 2008, p. 69). Em outras palavras, ações que os influenciem na maneira de pensar e de agir em prol da natureza, um elo entre atores e assentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo investigativo, que buscou identificar a compreensão dos assentados em relação ao ambiente em que estão inseridos no aspecto da manutenção do tecido sociocultural e da preservação da biodiversidade, bem como na percepção das mudanças na paisagem rural, percebe-se que a grande maioria desconhece o significado de cultura e não a analisa como de fato importante. As comunidades rurais estão muito integradas umas às outras e que entre os atores entrevistados a relação de sociabilidade com os outros assentados é forte. Há, portanto, o capital social.

O tecido social e cultural é percebido pelo envolvimento dos assentados em grupos sociais. Nesse sentido, verificou-se que as agrovilas possibilitam o fortalecimento do tecido social, por meio da convivência pela proximidade das casas e locais de socialização; em contraposição, nos assentamentos que não têm agrovilas, os assentados vivem de forma praticamente isolados em seus lotes, o que dificulta a sociabilidade.

No que tange à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, verificou-se que há o uso indiscriminado de venenos, utilização de queimadas e o pouco cuidado com o aspecto paisagístico. Ademais, utilizam-se da coleta de frutos, tais como o babaçu, para uso na alimentação e na comercialização, compreendendo-se como um elo e uma forma de preservação da biodiversidade do ambiente, sendo uma estratégia que pode ser potencializada através da valorização e do compartilhamento. Todos declararam perceptível a ação antrópica, afirmando que o desmatamento foi necessário para que as famílias pudessem produzir. A eficiência da proteção ambiental se dá por três vias: legislação, fiscalização e conscientização.

Portanto, se faz necessária atividade educativa de caráter ambiental, de acordo com a realidade de cada assentamento, para a promoção da preservação ambiental e meios para a manutenção da cultura, resultando numa produção harmônica com o meio ambiente. Com relação à cultura, a educação também é uma alternativa eficaz, sendo necessário o

entendimento pelos assentados da apropriação e valorização de sua herança cultural, em um processo contínuo de manutenção e criação cultural.

Uma relação harmônica entre preservação ambiental e patrimônio cultural é um desafio muito presente nos assentamentos rurais. Entende-se que quando o assentado rural se percebe como parte integrante do seu entorno há uma valorização quase que automática da sua identidade cultural, elevando-se sua autoestima, e ele se transforma em um ator agindo na preservação do patrimônio.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERALDO, K A. **Dimensões do Desenvolvimento Rural: uma análise dos PROINFS no Território Bico do Papagaio do Tocantins**. 2016. 190p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149321>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BERGAMASCO, S. M. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BERQUE, A. Introduction. *In*: BERQUE, A.; CONAN, M.; DONADIEU, P.; LASSUS, B.; ROGER, A. (org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Tradução: Maria Clara Collasius Malta. Paris: Editions Champ Vallon, 1994. p. 1-20.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 5. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2016.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de C. Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

ECHEVERRI, R. P. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B2219P/B2219P.PDF>. Acesso em: 10 out. 2020.

GALVÃO, M. J.; VARETA, N. D. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. **Cadernos Curso de Doutorado em Geografia - FLUP**, Porto, 2010. p. 61-86. Disponível em: <https://pdfslide.net/documents/ma-joao->

galvao-nicole-d-vareta-a-multifuncionalidade-das-ler-das-areas.html. Acesso em: 22 nov. 2019.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da Agricultura Familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 449-472, abr./jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032011000200008>

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A. R.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. Di; BITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 13 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170220>. Acesso em: 18 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E CONTROLE DA REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 29 nov. 2019.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MACHADO, G. B. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**: a diversificação das atividades no sertão semiárido da Bahia, Brasil. Curitiba: CRV, 2020.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. *In*: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003. cap. 8.

OTZEN, U. Reflections on the principles of sustainable agricultural development. **Environmental Conservation**, Berlim, v. 20, ed. 4, p. 310-316, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0376892900023493>

ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. **Reforma agrária**: produção emprego e renda, o relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. *In*: FRANÇA, C. G.; SPAROVER, G. (org.). **Assentamentos em Debate**. Brasília, 2005. (Coleção NEAD Debate n. 8).

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012.

SIMONETTI, E. R. S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar e a promoção do**

desenvolvimento: estudo de caso nos assentamentos rurais no município de Araguatins/TO. 2021. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2021.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Instituto Socioambiental. Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas. **Terra indígena Apinayé**. Tocantins, [2019]. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3584>. Acesso em: 30 nov. 2019.